A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E A DURAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES

Fabrcio Cavalcante D'Ambrosio¹

Resumo

O objeto deste artigo foi o exame da interpretao constitucional e de como interfere na durao de uma constituio. Foi utilizado o mtodo dedutivo de abordagem, com anlise legal e doutrinria como mtodo procedimental. Iniciou pela investigao da durao mdia das constituies e dos fatores que influenciam para tanto. Em seguida, conceitualizou a interpretao constitucional e relacionou alguns dos princpios que a regem. Deteve-se, aps, no estudo dos mtodos tradicionais de interpretao. Por fim, deteve-se na importncia da interpretao constitucional para a durao das constituies, ressaltando as novas abordagens propostas por doutrinadores como Konrad Hesse e Peter Hberle. Concluiu que a flexibilidade da interpretao é um dos fatores salutare para a durao de uma constituio e que os mtodos tradicionais de interpretao tm se mostrado insuficientes para o enfrentamento dos desafios do constitucionalismo moderno, o que demonstra a necessidade de uma nova abordagem, que concilie os valores jurdicos e os poltico sociais pelo juiz.

Palavras-Chave: Interpretao constitucional. Mtodos de interpretao. Durao das constituies.

Abstract

The object of this article was the exam of the constitutional interpretation and the way it interferes on its duration. It was used the deductive method of approach, and legal and doctrinaire analysis as procedural method. It initiated by the investigation of average life of constitutions and the factors that contribute to that. Following, it conceptualized the constitutional interpretation and listed some of the ruling principles. Than, passed to the study of traditional methods of interpretation. After, focused on the importance of constitutional interpretation to the life expectation of constitutions, highlighting new approaches devolved by authors as Konrad Hesse and Peter Hberle. It concluded that flexibility of interpretation is one of the determinant factors to a long life constitution and that traditional methods of interpretation have been insufficient to face the modern challenges of constitutionalism, which shows the necessity of a new approach, that conciliates legal and political and social values when interpreting.

Keywords: Constitutional interpretation. Methods of interpretation. Constitutional endurance.

¹ Mestre em Cincia Jurdica pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI; Especialista em Direito Administrativo pela Universidade Anhanguera; Especialista em Direito Pblico pela Universidade Regional de Blumenau - FURB; Professor no Curso de Direito do Centro Universitrio para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI. E-mail: fabricio.dambrosio@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O processo de elaboração de uma constituição envolve o dispêndio de inúmeros recursos, como capital financeiro e político, disputas sociais e tempo.

Por essa razão, é de se esperar que seu resultado perdure por período suficiente para estabilizar e pacificar a sociedade que a produz.

O objetivo geral deste artigo é o estudo dos elementos que contribuem para a duração das constituições e do papel da interpretação constitucional nessa questão.

Com esse fito, inicia-se pela perquirição da vida média das constituições ao redor do mundo e dos elementos que influenciam para tanto.

Segue analisando o modo como se dá a interpretação constitucional, seus princípios norteadores e os métodos clássicos de interpretação jurídica.

Ao fim, examina a influência da interpretação para a duração das constituições e a (in)suficiência dos métodos clássicos para atendimento dos problemas que se apresentam no constitucionalismo moderno, bem como caminhos apontados em sede doutrinária.

É utilizado o método dedutivo de pesquisa, por meio de abordagem doutrinária.

2 A DURAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES

Quanto tempo deve durar uma constituição?

Essa questão se mostra importante porque evidencia o fato de que os bens jurídicos valorizados pelo legislador em um dado momento histórico mudam com o tempo, e podem tornar insuficientes as normas constitucionalizadas.

Sem mecanismos adaptativos, como a interpretação jurídica, a obsolescência das cartas magnas adviria mais cedo, o que exigiria sua frequente substituição, indesejável para a estabilização social.

Thomas Jefferson dizia que “os mortos não devem governar os vivos”, e por essa razão, constituições deveriam ter um prazo de dezenove anos (ELKINS; GINSBURG; MELTON, 2010, p. 1).

Parece haver um certo consenso de que constituições flexíveis, por serem mais maleáveis, tendem a perdurar por mais tempo.

ELKINS, GINSBURG, MELTON (2010, p. 81) são os autores de um estudo exatamente sobre a vida das constituições ao redor do mundo. De acordo com eles, as cartas rígidas tendem a morrer cedo, porquanto têm dificuldades em se adaptar aos contínuos choques de interesses que fazem parte do jogo político.

Em sua pesquisa, eles identificaram três atributos recorrentes em constituições duradouras: flexibilidade, inclusão e especificidade (ELKINS; GINSBURG; MELTON, 2010, p. 66).

Nesse sentido, a flexibilidade é um importante elemento de adaptabilidade, mas que deve ser dosado, tendo em vista que, em excesso, enfraquece a coercitividade das normas e elastece seus limites. Por essa razão, é um atributo que deve ser utilizado equilibradamente, de modo a absorver as mudanças políticas e sociais, mas sem tornar uma constituição excessivamente maleável (ELKINS; GINSBURG; MELTON, 2010, p. 82).

A inclusão se refere ao quão público e amplo foi o debate que precedeu a criação da constituição, tendo em mente a criação de um ordenamento que vai regular a vida de gerações vindouras que obviamente não puderam opinar (ELKINS; GINSBURG; MELTON, 2010, p. 78).

A especificidade, por sua vez, diz respeito ao nível de detalhamento e extensão dos assuntos cobertos pelas normas constitucionais. Nesse quesito, os autores discordam do senso comum de que constituições muito específicas são problemáticas (ELKINS; GINSBURG; MELTON, 2010, p. 84).

Para eles, o processo de criação de uma constituição demanda tanto tempo, barganha e recursos políticos, o que acaba por prevenir a ânsia por mudanças, já que as pessoas tendem a medir cuidadosamente os esforços necessários para uma nova rodada de negociações (ELKINS; GINSBURG; MELTON, 2010, p. 84-87).

Nesse aspecto, a publicidade também desempenha um papel relevante, pois o conhecimento da constituição pelo povo aumenta os laços que os unem. No caso da Constituição brasileira de 1988, especificidade e publicidade demonstraram uma relação íntima. A participação popular na sua origem foi tamanha, que resultou em uma das mais longas cartas do mundo, o que contribuiu para que venha perdurando por mais tempo que a média da América Latina (ELKINS; GINSBURG; MELTON, 2010, p. 78-79).

Não obstante, falta-lhe flexibilidade, em razão dos requerimentos mais rigorosos para aprovação de emendas, em relação às leis ordinárias e complementares.

Ademais, há assuntos que não podem ser objeto de reforma, tais como a forma federalista do Estado, a separação dos Poderes, as normas protetoras de direitos fundamentais e o voto direto, secreto, periódico e universal (BRASIL, 1988).

Para autores como MENDES, COELHO, BRANCO (2008, p. 214), todavia, a flexibilidade pode ser um problema em países de instituições fracas, porquanto torna as normas vulneráveis à volatilidade de interesses oportunistas. Segundo esse entendimento, a rigidez da Constituição brasileira, juntamente com a adoção do sistema do *judicial review*, seria mais apta a proteger o texto constitucional de eventuais agressões do legislador ordinário.

Curiosamente, nenhum dos três elementos (flexibilidade, inclusão e especificidade) é achado em abundância na Constituição Norte-americana, apesar do fato de ser uma das mais longevas do mundo (ELKINS; GINSBURG; MELTON, 2010, p. 65).

No entanto, ao contrário da América Latina, nos Estados Unidos a constituição é um símbolo nacional, que representa valores compartilhados desde a sua promulgação, o que é determinante para sua duração (ELKINS; GINSBURG; MELTON, 2010, p. 78).

Além disso, quanto mais o tempo passa, mais a constituição se solidifica como um pilar daquela sociedade, misturando-se em sua vida política e cultural, o que reforça sua estrutura (ELKINS; GINSBURG; MELTON, 2010, p. 90).

O modelo dos Estados Unidos é baseado não somente no texto em si, mas em uma interpretação voltada para a vontade popular, o sentido dos termos e a intenção das partes (BONAVIDES, 2008, p. 467-468).

Essa preferência pela análise histórica e o sentido teleológico das disposições tem por escopo viabilizar uma interpretação calcada no bom senso, com vistas a implementar a Constituição na prática e facilitar sua aplicação e compreensão pelo povo (BONAVIDES, 2008, p. 470).

Não significa isso que a interpretação constitucional esteja livre de limites textuais. O texto deve sim ser prestigiado, mas combinadamente com a vontade popular. Daí a necessidade de uma Constituição dotada de conceitos genéricos, sem minudências que comprometam a sua vida útil (BONAVIDES, 2008, p. 471).

Tudo isso revela que pode haver outros fatores que influenciem na vida de uma carta magna. Aspectos como renda per capita, democracia e estabilidade política, parecem desempenhar um papel importante nesse contexto, porquanto países mais desenvolvidos tendem a produzir constituições longevas (ELKINS; GINSBURG; MELTON, 2010, p. 31-32).

Dito isso, retoma-se a questão inicialmente proposta: qual a duração média de uma constituição?

Segundo os autores, precisamente dezenove anos, exatamente como previsto por Thomas Jefferson (ELKINS; GINSBURG; MELTON, 2010, p. 2).

A Constituição dos Estados Unidos, com mais de dois séculos de duração, mostrou-se uma exceção a essa regra.

A do Brasil fez 31 anos em 2019. No nosso caso, contudo, a prolixidade traz problemas que se acentuam com o passar dos anos, como a necessidade de conciliação entre a norma e a realidade, com a constante relativização da lei.

Uma possível consequência da desconformidade entre o texto da Constituição e a realidade é a judicialização de pontos não definidos pelo legislador, quando este se omite em regular determinado fato relevante juridicamente, fenômeno observável no Brasil (STRECK, 2013).

A judicialização por si só, apesar de apontar para um problema político brasileiro, não é contrária ao ordenamento. O mesmo não se diga de seu desvirtuamento, o chamado ativismo judicial, que ocorre quando o Judiciário altera, cria ou nega a aplicação de uma lei por motivos de convicções pessoais, o que escapa ao controle da sociedade (STRECK, 2013).

Escorando-se no neoconstitucionalismo, alguns juízes ignoram os limites interpretativos para decidir conforme suas preferências e crenças, a título de uma pretensa promoção dos valores constitucionais. Decorrência disso, é o uso e criação indiscriminados de princípios tendentes a justificar qualquer decisão, o chamado “panprincipiologismo” (STRECK, 2013).

3 A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

Interpretar é “atribuir significado a coisas, sinais, fatos ou acontecimentos; [...] explicar ou aclarar o sentido de coisas, fatos, sinais, acontecimentos;” tornando compreensível uma atitude gestual, verbal ou simbólica. A interpretação jurídica, nesse contexto, tem por escopo a elucidação do alcance e sentido das expressões relevantes para o Direito (FERRAZ, 1986, p. 19-20).

No caso da interpretação das normas constitucionais, há ainda a peculiaridade de não haver hierarquia entre si, fazendo-se necessário um exame mais percuciente de sua natureza (FERRAZ, 1986, p. 29).

Uma das inúmeras teorias sobre o tema prega sua divisão em regras, standards e princípios. Regras em teoria são mais específicas e simples de ser aplicadas, sem demandar uma argumentação profunda para justificar sua aplicação; standards e princípios são compostos por termos mais vagos e requerem maior carga argumentativa. A diferença entre eles é que quando os princípios se aplicam a determinada situação, não o fazem de maneira definitiva, mas balanceadamente, junto a outras considerações (BALKIN, 2015, p. 2).

Alguns valores constitucionais não podem ser facilmente realizados por meio de regras. É por isso que os direitos fundamentais são usualmente expressos por meio de standards e princípios. Eles são abertos, abstratos, ou vagos o bastante para permitir uma contínua construção e implementação ao longo do tempo (REGLA; ATIENZA, MANERO, 2007, p. 78).

A interpretação jurídica é regida por princípios, termo que aqui não é utilizado no mesmo sentido de princípios constitucionais, de conteúdo, estrutura ou aplicação por meio de ponderação. Trata-se, diversamente, de premissas metodológicas ausentes do texto da constituição, mas adstritas à atividade de interpretação (BARROSO, 2015, p. 104).

O desenvolvimento de um catálogo de princípios interpretativos tem por finalidade o auxílio do intérprete em sua tarefa, e eles devem ser relevantes, operacionais e praticáveis. Nos termos do escólio de Canotilho (1999, p. 1148), são seis os princípios de interpretação da constituição: o da unidade da constituição; do efeito integrador; da máxima efetividade; da justeza ou conformidade funcional; da concordância prática ou harmonização; da força normativa da constituição.

O princípio da unidade da constituição determina que esta deve ser interpretada de forma global e integrada, evitando-se contradições e antinomias entre suas normas (CANOTILHO, 1999, p. 1149).

O princípio do efeito integrador prega que dentre as interpretações possíveis, privilegiem-se aquelas que promovam a integração política e social e normativa, com o

cuidado, todavia, de não se deixar conduzir a reducionismos e autoritarismos (CANOTILHO, 1999, p. 1149).

O princípio da máxima efetividade requer que a interpretação dada a uma norma seja aquela que maior eficácia lhe confira, sobretudo em casos de direitos fundamentais: se existente dúvida, deve-se preferir o entendimento que os proteja em maior grau (CANOTILHO, 1999, p. 1149).

O princípio da justeza ou conformidade social tem por fim proteger a separação de poderes, de modo que o órgão jurisdicional não pode subverter ou violar o esquema de repartições de competências dispostos na constituição (CANOTILHO, 1999, p. 1149-1150).

O princípio da concordância prática ou harmonização predispõe que em caso de colisão de bens constitucionais no caso em julgamento, deve se evitar o sacrifício total de um em relação ao outro. Está ligado à ideia de inexistência de hierarquia entre as normas, especialmente aquelas definidoras de direitos fundamentais (CANOTILHO, 1999, p. 1150).

Por fim, o princípio da força normativa da Constituição demanda que as soluções interpretativas devem permitir a constante atualização do sentido das normas constitucionais, respeitada a historicidade das estruturas, mas atenta a necessidade de relevância do ordenamento constitucional (CANOTILHO, 1999, p. 1151).

Para concretizar essa interpretação, além dos princípios, são usados os métodos de interpretação, tradicionalmente classificados como sendo o gramatical, o sistemático, o histórico e o teleológico (BARROSO, 2015, p. 325).

Eles foram idealizados em um momento em que não havia constituições prolixas, extensas e repetitivas. São, portanto, típicos de um estado liberal, centrado no indivíduo, que exigia um juiz conservador, proibido de buscar o sentido da lei fora das normas positivadas (BONAVIDES, 2008, p. 465).

Concebiam-se a constituição como um documento apartado de seu componente político, ignorando-se que a constituição é resultado da política (BONAVIDES, 2008, p. 461).

Acrescente-se a isso a dificuldade, senão impossibilidade, de se adotar um método universal de interpretação: o que funciona para uma constituição rígida pode não funcionar para uma flexível, o que não significa conferir exclusividade ao aspecto político constitucional em detrimento do normativo, pilar da democracia (BONAVIDES, 2008, p. 461-462).

Nesse sentido, quanto mais rígida uma constituição, mais flexível devem ser seus métodos de interpretação, justamente para preservá-la de eventos traumáticos, tais como revoluções (BONAVIDES, 2008, p. 458-459).

Esse grupo de métodos, conforme a lição de José Gomes Canotilho (1999, p. 1137), enfatiza o texto, e possui dupla importância: é ponto de partida para a descoberta de sentido da norma, e limite da interpretação, “pois a função do intérprete será a de desvendar o sentido do texto sem ir para além, e muito menos contra o teor literal do preceito.”

4 A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E A DURAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES

A sociedade muda, o balanço político muda. Se a constituição não acompanha a evolução da sociedade, pode criar distorções antidemocráticas, o que acaba originando pressões pela construção de uma nova ordem (ELKINS; GINSBURG; MELTON, 2010, p. 34-35).

É por isso que o papel de uma constituição não deve ser evitar o jogo político, mas facilitá-lo. É preferível que os interesses sejam confrontados por meio de argumentos que por armas. Se a constituição falha nesse quesito, não se fala mais em política, mas em guerra (BALKIN, 2015, p. 2).

O positivismo defendia que a constituição seria apta a controlar a conduta social pelos seus comandos textuais por si sós. Já o antiformalismo concebia a Constituição como um documento completamente vulnerável às variações políticas (BONAVIDES, 2008, p. 171-176).

Nota-se, que cada um desses dois extremos preza por um valor: a normatividade da carta constitucional ou sua adaptabilidade ao contexto social.

Há aqueles, contudo, como Konrad Hesse (1991, p. 15) que entendem que entre tais predicados deve haver uma relação de coordenação, de modo que a constituição deve possuir uma força normativa suficiente para estabilizar os conflitos de interesses e ao mesmo tempo ser flexível o bastante para não se tornar um entrave ao progresso.

Esse raciocínio é elaborado à manutenção de uma ordem constitucional.

Para que uma constituição perdure, ela muda, seja por meio de alterações textuais, a chamada reforma constitucional, seja por meio de revisões e emendas, ou ainda pela interpretação. Uma constituição que, por sua rigidez, não se permite acompanhar tais mudanças tende a morrer cedo (ELKINS; GINSBURG; MELTON, 2010, p. 83).

Constituições rígidas podem ser modificadas formalmente por meio da reforma constitucional.

No Brasil, esse é um processo que só pode ser iniciado por um rol restrito de autoridades e demanda a aprovação de três quintos dos integrantes de cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação em cada um (BRASIL, 1988).

Embora seja tido como rígida, há constituições com procedimentos de emenda ainda mais dificultosos. É o caso dos Estados Unidos, onde o processo de emenda à constituição é ainda mais rigoroso, dos mais difíceis do planeta. São necessários dois terços de aprovação em cada casa do Congresso, além de três quartos das assembleias de cada um dos cinquenta Estados da Federação, dos quais apenas uma não é composta por duas casas (BALKIN, 2015, p. 6).

A reforma constitucional não seria relevante se a constituição fosse um documento perfeitamente acabado, que dispensasse a necessidade de modificações em seu significado (FERRAZ, 1986, p. 21).

Mas além da reforma formal, é inevitável dispor de outros meios que possibilitem a contínua atualização da constituição.

Daí a necessidade da interpretação constitucional. Especialmente em um modelo como o norte-americano, em que a aprovação de uma emenda constitucional é tarefa das mais difíceis, a interpretação assume um protagonismo ainda mais sobressalente (BALKIN, 2015, p. 6).

Entretanto, os tradicionais métodos de interpretação têm se mostrado insuficientes para enfrentar as vicissitudes do constitucionalismo moderno, baseadas sobremaneira em ponderações entre direitos fundamentais.

Por essa razão, nota-se um esforço doutrinário em transcender os limites das lições clássicas, como o do já citado Konrad Hesse.

Um outro expoente do assunto é o também alemão Peter Häberle (2012, p. 209), que propõe um método de interpretação constitucional baseado na comparação entre diferentes ordenamentos jurídicos, uma quinta forma de exegese para além da gramatical, lógica, histórica e sistemática.

A partir do conceito de sociedade aberta de intérpretes da constituição, em que todos aqueles que são afetados pelo modo como são lidos os valores constitucionalizados, ele defende que o exame do direito estrangeiro pode prover uma poderosa ferramenta de interpretação (HÄBERLE, 2012, p. 12-13).

Häberle (2012, p. 207) nota uma tendência, inicialmente dentre os países europeus, mas com possibilidade de alastramento para o resto do globo, do surgimento de um Direito convergente, algo como um "grande concerto", em que as soluções ultrapassam os limites fronteiriços dos estados.

Segundo ele, há a existência atualmente de uma sociedade aberta de constituintes, em que os constituintes mais jovens fazem uso frequente dos textos de outras constituições mais sólidas, ressignificando e aplicando tais textos de acordo com a própria realidade (HÄBERLE, 2012, p. 208).

O autor entende que, a despeito da rigidez de certas constituições, o tempo é o agente motor da reforma constitucional (conceito que para ele abrange tanto as modificações formais quanto informais, como os votos dos magistrados das cortes constitucionais) (HÄBERLE, 2012, p. 211).

Daí a importância da reforma constitucional, tendo em vista que com o decorrer do tempo, as tensões geradas podem levar a um quadro de quebra constitucional ou revolução, com prováveis consequências negativas para a comunidade política (HÄBERLE, 2012, p. 2012).

Ocorre que mesmo para Häberle, devem ser respeitados os limites ao poder de reforma: “[...] recordemos os tão mencionados limites que adotam a forma de cláusulas constitucionais pétreas como garantia de identidade do Estado Constitucional,” já que a mutação constitucional deve ocorrer “sem modificação do texto escrito” (HÄBERLE, 2012, p. 218).

Decorre desse raciocínio, a repulsa às chamadas mutações inconstitucionais, que ocorrem quando a interpretação acaba por violar ou inverter o sentido da própria norma (MENDES; COELHO; BRANCO, 2008, p. 132).

Para ele, todos os meios de reforma constitucional têm por fim a aproximação entre a justiça e a verdade, utópico, mas que deve ser perseguido, já que valores como paz e liberdade estão sob constante ameaça (HÄBERLE, 2012, p. 221).

Além dos limites textuais, Häberle compreende que a interpretação também encontra balizas na opinião da sociedade, sendo vedadas interpretações com ela não condizentes (HÄBERLE, 2012, p. 139).

Isso, todavia, não implica que se olvide dos princípios constitucionais do pluralismo, da proteção das minorias, divisão de poderes e do interesse público (HÄBERLE, 2012, p. 149).

É fundamental, portanto, que a interpretação promovida pelas cortes seja norteada pelas suas consequências, atenta à realidade e orientada ao bem comum. Devem considerar, destarte, a todo o momento, os efeitos sobre a totalidade do ordenamento constitucional, material e temporalmente (HÄBERLE, 2012, p. 139).

Essa responsabilidade implica em uma necessária relativização do método histórico de interpretação jurídica, a fim de que o direito efetivamente se desenvolva e assim encontre ressonância na sociedade aberta de intérpretes da constituição (HÄBERLE, 2012, p. 143).

Aliás, para Häberle, todos os métodos de interpretação constitucional devem sempre se orientar para a realidade, de modo que as decisões devem observar os seus efeitos políticos e práticos (HÄBERLE, 2012, p. 164).

Essa orientação dialoga com o pensamento do italiano Norberto Bobbio (2007, p. 33), para quem o direito não deve ficar isolado à sua estrutura, mas deve ser voltado para a sua função social e conseqüentemente possui a função de promover atos socialmente desejados, e não só de proteção e repressão. Para tanto, constata-se o “fato de que os juristas estão saindo do seu esplêndido isolamento.”

Nesse sentido, a atividade principal do operador do direito seria a pesquisa, e não a interpretação, porquanto é mais importante a legitimação do direito que deve ser, considerados os princípios materiais de justiça, que a mera convalidação das fontes formais (BOBBIO, 2007, p. 40).

O professor italiano leciona que mesmo nos países da Europa continental, de civil law, o sistema fechado de interpretação escorado nas fontes tradicionais das normas vem perdendo espaço para uma teoria aberta, por meio da qual são considerados os efeitos e relações entre o direito e as demais áreas da sociedade (BOBBIO, 2007, p. 40-43).

[...] as relações entre ciência jurídica e ciências sociais tornaram-se cada vez mais estreitas nesses últimos anos. Para retomar a metáfora do “esplêndido isolamento”, a ciência jurídica já não é uma ilha, mas sim, uma região entre as outras de um vasto continente. A questão de que o jurista deva estabelecer novos e mais profundos contatos com psicólogos, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos tornou-se, especialmente entre os juristas da nova geração, uma *communis opinio* tão difundida que, desejando oferecer indicações bibliográficas precisas, não se saberia por onde começar (BOBBIO, 2007, p. 46-47).

Em consonância com Bobbio, a concepção procedimental-normativa da Constituição Aberta de Häberle torna o direito processual constitucional um meio para a resolução dos conflitos, trazendo consequências interpretativas, à medida que o conteúdo material da norma se revela justamente no processo (HÄBERLE, 2012, p. 147-148).

A profundidade e a extensão da análise dos direitos e dos métodos de interpretação se determinam reciprocamente, é um processo que, ao mesmo tempo determina a Constituição, e é realizado em conformidade com ela (HÄBERLE, 2012, p. 167).

O pensamento de Hesse, Häberle e Bobbio podem apontar para uma direção que auxilie no desafio de se manter atualizado o texto constitucional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se direcionou ao exame de como a interpretação constitucional influencia na duração das constituições.

Constatou-se que a média de vida de uma constituição é de dezenove anos e que três fatores são salutares para que perdure: a flexibilidade de suas disposições ou de sua interpretação, a inclusão de diversos setores da sociedade em sua elaboração e a especificidade de suas cláusulas.

Esses fatores podem aparecer em conjunto ou não, havendo exemplos de cartas constitucionais que prescindem de um ou mais deles, mas cuja duração é prolongada, como no caso da Constituição dos Estados Unidos da América.

Em seguida, examinou-se a interpretação constitucional, que é o ato de extrair ou atribuir sentido às normas contidas na constituição, os princípios que a regem, e os métodos interpretativos clássicos, a dizer, o gramatical, sistemático e histórico-teleológico.

No entanto, as lições doutrinárias tradicionais têm se mostrado insuficientes para lidar com os problemas atuais enfrentados pelo constitucionalismo moderno, que traz questões complexas que envolvem em grande parte o sopesamento de direitos fundamentais em sociedades cada vez mais multifacetadas.

É de se indagar, por exemplo, como se valer do método histórico de interpretação para uma sociedade diferente daquela em que se produziu a norma.

Se a sociedade brasileira de 1988 apresentava feições distintas das de hoje, o que dizer da estaduense nos idos de 1787?

Os dois casos citados são exemplos de constituições rígidas, em que a mudança formal por meio de emendas pode não acompanhar o ritmo acelerado das transformações sociais.

Daí advém a relevância da interpretação constitucional como mecanismo de constante atualização dos preceitos normativos: o que fazia sentido no passado pode não fazer mais no presente, que possivelmente também se modificará no futuro.

A amplitude e penetração dos direitos fundamentais, dessa forma, pode acabar sendo limitada, por exemplo, por questões textuais, próprias de uma sociedade que não existe mais.

Acautelando-se para não inverter ou corromper o núcleo duro das normas, a interpretação constitucional ajuda – ou pelo menos visa - a conciliar grupos opostos: o dos que defendem a extrema obediência à letra da lei e o dos que a têm por dispensável.

É necessário, portanto, interpretar a constituição não só com o olhar voltado para seus artigos, mas para as necessidades e anseios da sociedade e de seus componentes.

Ressalta-se, entretanto, a busca imperativa de um equilíbrio entre esses fatores, a fim de se obstar que a constituição perca o diálogo com as ruas ou se subjugue solenemente a elas, o que, em ambos os casos, significa seu fim.

Talvez essa seja a solução para se elevar os dezenove anos de média de vida das constituições.

6 REFERÊNCIAS

BALKIN, Constitutional Interpretation and Change in the United States: the Official and the Unofficial. **Jus Politicum**, n. 14, June, 2015.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. Os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 5. ed. São Paulo: Saraiva. 2015.

BOBBIO, Norberto. **Da Estrutura à Função. Novos Estudos de Teoria do Direito**. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Barueri: Manole. 2007.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 22ª ed. São Paulo: Malheiros. 2008.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 4 de julho de 2018.

CANOTILHO, José Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 3ª ed. Coimbra: Almedina. 1999. p. 1137.

ELKINS, Zachary; GINSBURG, Tom; MELTON, James. **The Endurance of National Constitutions**. New York: Cambridge University Press, 2010.

FERRAZ, Anna Candida da Cunha. **Processos Informais de Mudança da Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 1986.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da Constituição**. Die Offene Gesellschaft der Verfassunginterpreten. Ein Beitrag Zur Pluralistischen und "prozessualen" Verfassunginterpretation. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor. 2002.

_____. **Nove ensaios constitucionais e uma aula de jubileu.** Tradução de Carlos dos Santos Almeida. São Paulo~ Saraiva, 2012.

_____. **Tiempo y Constitución. Ámbito público y jurisdicción constitucional.** Tradução de Jorge Luis Leon Vasquez. Lima: Palestra Editores. 2017. p. 139.

HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição.** Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor. 1991. Título Original: Die Normative Kraft der Verfassung.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo. **Curso de Direito Constitucional.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva. 2008.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática.** 14. ed. rev. atual. e amp. Florianópolis: EMais, 2018.

RAMOS, Paulo; RAMOS, Magda Maria; BUSNELLO, Saul José. **Manual prático de metodologia da pesquisa:** artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese. Blumenau: Acadêmica, 2003, 84p.

REGLA, Josep Aguiló; ATIENZA, Manuel; MANERO, Juan Ruiz. **Fragmentos para una Teoría de la Constitución.** Madri: Iustel. 2007.

STRECK, Lenio. **Hermenêutica Jurídica e(m) Crise. Uma exploração hermenêutica da construção do Direito.** 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2011.

_____. **O Pan-principiologismo e o Sorriso do Lagarto.** 22 de março de 2012. disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-mar-22/senso-incomum-pan-principiologismo-sorriso-lagarto>. Acesso em 15/4/2019.

_____. **O Ativismo Judicial Existe ou é Imaginação de Alguns?** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-jun-13/senso-incomum-ativismo-existe-ou-imaginacao-alguns>. Acesso em 15 de abril de 2019.